

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Florestas
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Documentos 153

O Papel das Populações Tradicionais na Conservação da Biodiversidade

Soraya Áreas Rédua Seoane
Victor Daniel Woellner Paolinetti
Carlos Eduardo Sícoli Seoane

Embrapa Florestas
Colombo, PR
2007

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Florestas

Estrada da Ribeira, Km 111, CP 319

83411 000 - Colombo, PR - Brasil

Fone/Fax: (41) 3675 5600

www.cnpf.embrapa.br

sac@cnpf.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Luiz Roberto Graça

Secretária-Executiva: Elisabete Marques Oaida

Membros: Álvaro Figueredo dos Santos, Edilson Batista de Oliveira,
Honorino Roque Rodigheri, Ivar Wendling, Maria Augusta Doetzer Rosot,
Patrícia Póvoa de Mattos, Sandra Bos Mikich, Sérgio Ahrens

Supervisão editorial: Luiz Roberto Graça

Revisão de texto: Mauro Marcelo Berté

Normalização bibliográfica: responsabilidade do autor

Editoração eletrônica: Mauro Marcelo Berté

Foto(s) da capa: Joel Bartalini

1ª edição

1ª impressão (2007): sob demanda

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Florestas**

Seoane, Soraya Áreas Rédua.

O papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade.
[recurso eletrônico] / Soraya Áreas Rédua Seoane, Victor Daniel
Woellner Paolinetti, Carlos Eduardo Sícoli Seoane. - Dados eletrônicos. -
Colombo : Embrapa Florestas, 2007.

1 CD-ROM. - (Documentos / Embrapa Florestas, ISSN 1679-2599 ;
153)

1. Ecologia humana. 2. População tradicional. 3. Conservação da
natureza. 4. Floresta tropical – Conservação. 5. Biologia da
conservação. I. Paolinetti, Victor Daniel Woellner. II. Seoane, Carlos
Eduardo Sícoli. III. Título. IV. Série.

CDD 304.2 (21. ed.)

© Embrapa 2007

Autores

Soraya Áreas Rédua Seoane

Cientista social

Aluna do curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
sorayaseoane@yahoo.com.br

Victor Daniel Woellner Paolinetti

Engenheiro Florestal

Bolsista do Projeto Jussara, Convênio Embrapa e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, PR
vdwpp@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Sícoli Seoane

Biólogo, Doutor,

Pesquisador da *Embrapa Florestas*
eduardo@cnpf.embrapa.br

Apresentação

Um dos maiores patrimônios do Brasil é a sua mega biodiversidade; aqui encontram-se cerca de 20 % das espécies de seres vivos do planeta. Um outro patrimônio notável brasileiro é sua grande diversidade sócio-cultural. Em muitas regiões, estes dois patrimônios nacionais se sobrepõem: a maior parte das áreas ainda preservadas de nosso território são habitadas, com maior ou menor densidade, por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade.

Levando em consideração que duas das maiores crises mundiais atuais são a destruição das florestas tropicais e a pobreza das pessoas que habitam as áreas rurais, esta sobreposição têm gerado conflitos, não só no Brasil mas em todo o mundo: estimativas recentes calculam que existem no nosso planeta cerca de 7 milhões de “refugiados da conservação”, ou seja, pessoas que foram retiradas de seu local de origem para que ali fossem estabelecidas unidades de conservação.

Atualmente não existem informações sistematizadas tampouco comparações quanto aos resultados obtidos conforme as diferentes políticas adotadas nas situações onde estão envolvidas populações locais e unidades de conservação. Este documento pretende contribuir para a

construção de uma nova abordagem, além das atuais, o preservacionismo e o conservacionismo, onde haja uma real conservação de nosso patrimônio biológico aliado à justiça social.

Moacir José Sales Medrado
Chefe Geral
Embrapa Florestas

Sumário

Introdução	9
Populações Tradicionais	10
Discussão	14
Conclusão	18
Referências	19

O Papel das Populações Tradicionais na Conservação da Biodiversidade

Soraya Áreas Rédua Seoane

Victor Daniel Woellner Paolinetti

Carlos Eduardo Sícoli Seoane

Introdução

Duas das maiores crises que a humanidade atualmente encara são a destruição das florestas tropicais e a pobreza de dezenas de milhões de pessoas que habitam as áreas rurais do planeta. Como muitos destes habitantes das zonas rurais vivem e sobrevivem das florestas tropicais, os destinos destas florestas e destes habitantes são intimamente relacionados entre si (REDFORD; PADOCH, 1992 b; REDFORD; PAINTER, 2006). O interesse transdisciplinar nesta relação entre as florestas tropicais e as pessoas que aí habitam surgiu recentemente. Os cientistas em biologia da conservação chegaram ao ponto de perceber que as florestas tropicais não são “vazias” e que sua conservação tem que incorporar necessariamente as populações humanas locais. Aqueles interessados na qualidade de vida dos habitantes das zonas rurais e dos povos indígenas, incluindo estes próprios, chegaram ao ponto de perceber que, ao menos a curto prazo, seus melhores aliados são muitas vezes os conservacionistas, interessados em preservar grandes áreas de habitat (DUDLEY, 1992; BARROS; SEOANE, 1999). Redford e Painter (2006) citam que a sobrevivência tanto dos povos tradicionais (*indigenous peoples*) quanto dos ecossistemas naturais repousa na habilidade das pessoas interessadas em ambos os cenários em encontrar as semelhanças e em trabalhar juntas. Neste sentido, Brosius (2006) cita o urgente e necessário encontro de *commom ground* entre antropologistas e cientistas da conservação.

Através de revisão bibliográfica, o trabalho inicialmente define populações tradicionais, para posteriormente concentrar-se na relação entre estas e as políticas públicas em conservação ambiental. O objetivo é tentar responder às seguintes questões: Qual tem sido a visão dos implantadores das políticas públicas em relação às populações tradicionais? Esta visão é adequada? Tal tema é de suma importância de ser debatido, pois a cooperação transdisciplinar, essencial para qualquer sucesso duradouro dos projetos de conservação da floresta tropical e da cultura das populações tradicionais, tem sido atrapalhada pela falta de informação sobre as interações dos implantadores de políticas públicas em conservação, os povos das florestas e os recursos dos quais estes últimos dependem.

Populações Tradicionais

Um dos problemas na conceitualização de populações tradicionais e suas práticas é que o termo “tradicional” é um termo qualitativo que pode ter mais de uma interpretação. O termo oriunda de uma visão de mundo em que se coloca o “moderno” no extremo de um continuum de mudança progressiva que tem no outro extremo o que é “tradicional”, isto é, atrasado e imutável. O otimismo do desenvolvimento tecnológico do pós-guerra reforçou a noção de que, com a modernização, todos no mundo seriam mais semelhantes quanto mais se submetessem aos princípios universais da tomada de decisões “racionalis”, deixando para trás os costumes antiquados do passado (REDFORD; PADOCH, 1992 a).

O termo “tradicional”, nos dicionários, é definido como “um modo de pensamento ou comportamento seguido por pessoas continuamente, de geração a geração” ou como “um costume ou uso cultural”. Tal definição pode levar à idéia equivocada de que grupos tradicionais são homogêneos em seu comportamento. Outro problema com esta definição é estabelecer em que grau as atividades tradicionais podem incorporar mudanças sem deixarem de ser tradicionais; por exemplo, os índios caiapós da Amazônia que hoje caçam com auxílio de lanternas continuam a ser caçadores tradicionais? Redford e Padoch (1992 b) dão três definições alternativas de “tradicional”, quanto ao uso dos recursos ambientais:

- 1- Práticas históricas que respondem ao ambiente local, às demandas e aos valores culturais internos e forças externas;
- 2- Práticas que não envolvem o uso de tecnologias baseadas em combustíveis fósseis;
- 3- Sistemas de baixos *“inputs”* e *“outputs”*.

Contudo, tais definições não são demasiadamente superficiais para as questões relacionadas à Mata Atlântica, local onde se encontram os maiores centros urbanos do Brasil e onde quase já não existem os povos indígenas originais e, estando estes ainda presentes, estão sob alta aculturação e inserção na cultura de massas capitalista. Outros povos que podem ser considerados *“tradicionais”*, como os caiçaras vivendo ao longo do litoral de Santa Catarina ao Rio de Janeiro, ainda possuem traços de sua cultura tradicional, mas torna-se muito difícil relacionar quem é caiçara e quem já não é, pois a influência da cultura de massa se faz presente de forma intensa. O mais adequado é avaliar o *“grau”* de tradicionalismo destas culturas, contudo, tal gradiente não é funcional quando se necessita tomar medidas quanto aos usos permitidos na floresta e por quem (BARROS; SEOANE, 1999).

Parte do recente interesse em entender as práticas dos povos tradicionais vem do reconhecimento de que a lógica de muitos destes sistemas de práticas não é totalmente governado por cálculos de mercado como nas sociedades *“modernas”* (PRUGH; CONSTANZA, 1999). As sociedades tradicionais, muitas vezes, operam de acordo com diferentes conceitos de produção, espaço, tempo, propriedade e riqueza. As metas e instituições comunitárias podem ser mais importantes do que considerações de mercado a curto prazo. Ao considerar que sua sobrevivência, e a dos seus descendentes, depende do futuro dos recursos naquele mesmo local, as comunidades podem possuir incentivos intrínsecos para usar os recursos naturais de maneira sustentável. A força de tais incentivos variam de comunidade para comunidade de acordo com fatores que ainda não são bem compreendidos.

Os estudos publicados principalmente nas décadas de 1980 e 1990 ilustram a diversidade incrível de padrões de uso de recursos pelos povos tradicionais e sua habilidade de incorporação de novos métodos, ferramentas e espécies em seus sistemas refletem as ações adaptativas destes às circunstâncias mutáveis. (NOSS, 1983; JANZEN, 1986, 1999; NOSS; HARRIS, 1986; PERES, 1990; REDFORD & PADOCH, 1992 a; DUDLEY, 1992; REIS, 1993; BUTTERFIELD, 1994; MONTAGNINI, 1994; DEAN, 1996; REDFORD, 1997; PÁDUA, 1997; SOUTHGATE, 1998; BARROS; SEOANE, 1999). A sobrevivência destas comunidades, geração após geração em um mesmo habitat, é uma evidência de seu sucesso, mais evidente ainda quando comparado aos usos que a sociedade capitalista dá a estes ambientes. Uma gama de estratégias de uso de recursos é provavelmente parte do segredo de seu sucesso.

A visão das Políticas públicas sobre as populações tradicionais

As estratégias que as políticas públicas brasileiras usam para incentivar a conservação dos recursos naturais evoluíram com o tempo. Tais estratégias foram moldadas por um histórico de mudanças na percepção de complexos fatores biológicos, econômicos e políticos. As práticas de uso dos recursos naturais pelos povos indígenas há bastante tempo são objetos de interesse dos antropologistas e geógrafos sociais. No entanto, com o domínio, durante a maior parte deste século, da facção preservacionista nas políticas públicas voltadas à manutenção dos biomas nativos brasileiros, até recentemente pouca atenção foi dada, por parte dos planejadores de desenvolvimento, à complexidade destes padrões “tradicionais”, vistas como técnicas rudimentares de agricultura de queima e pousio e adjetivadas de práticas “primitivas” que deveriam ser eliminadas em áreas de preservação. Os projetos eram totalmente dissociados das populações locais, sendo geralmente apreciados somente nos círculos de poder local e no exterior, havendo uma contradição básica entre a filosofia utilizada para sua criação e a metodologia de sua implantação. A maioria destes projetos acabou tão logo os financiamentos do exterior cessaram (DUDLEY, 1992).

Em relação a esta visão, os implantadores das políticas públicas brasileiras de preservação ambiental inicialmente experimentaram muita dificuldade

em se denominarem legítimos representantes dos anseios da sociedade, pois possuíam um conhecimento limitado quanto à realidade vigente das pessoas diretamente afetadas tanto pela degradação ambiental quanto pelas ações para a conservação ambiental, o que afetava negativamente o relacionamento entre estas duas partes envolvidas na questão (DEAN, 1996).

Durante as décadas de 1970 e 1980, começou-se a perceber a íntima relação entre a conservação e o desenvolvimento. Como consequência da crescente percepção do potencial para prover lições de como usar os recursos ambientais de maneira sustentável, os estudos dos povos tradicionais ganharam uma nova importância para a biologia da conservação. A pressão aumentou para que as agências mundiais de desenvolvimento reorientassem suas perspectivas a fim de incorporar a conservação ambiental em suas agendas, e as políticas públicas de desenvolvimento iniciaram a ter mudanças, no sentido de uma “conservação orientada no desenvolvimento”, buscando um uso humano sustentável dos recursos ambientais (REDFORD; PADOCH, 1992 b). Assim, os programas de conservação inicialmente desenvolvidos para proteger uma só espécie evoluíram para programas direcionados para proteção dos ecossistemas nos quais as espécies vivem. Gradualmente, os humanos e suas necessidades foram incorporados. Atualmente, um crescente número de pesquisadores consideram possível e desejável alcançar a conservação sem prejudicar a produção agrícola (MATSON; VITOUSEK, 2006) e as populações envolvidas. Jha e Bawa (2006) compararam e relacionaram as médias de crescimento populacional, índice de desenvolvimento humano (IDH) e a taxa de desmatamento dos países possuidores de locais classificados com *hotspots* de diversidade biológica. A pesquisa mostrou que onde houve um grande crescimento populacional e um baixo IDH, ocorreu uma alta taxa de desmatamento, mas onde o IDH foi alto houve baixas taxas de desmatamento, mesmo com alto crescimento populacional.

Atualmente há um grande número de projetos em andamento nas florestas tropicais, variando desde projetos de biologia pura, não relacionados à intervenção humana, até aqueles que estão totalmente comprometidos em integrar a análise das interações dos sistemas naturais e sociais. Alguns

projetos têm uma metodologia intermediária, baseada no impacto da intervenção humana, porém não analisando as causas e padrões do comportamento humano em si. Hoje, as agências financiadoras, tanto Nacionais quanto internacionais, dão preferência de incentivo a aqueles projetos que tem como objetivo experimentar maneiras de colocar na prática o difícil objetivo, aliás um grande desafio, de entender e trabalhar efetivamente com os povos locais e sua interação com o sistema natural (DUDLEY, 1992).

Paralelamente, a visão popular das práticas de uso das florestas mudou em anos recentes para uma visão que contém a crença que os povos forrageadores e agricultores das florestas são conservacionistas infalíveis, vivendo em completa harmonia com seu meio ambiente. Tal visão é atualmente bastante comum entre os habitantes das grandes cidades. No entanto, não é necessário assumir que os povos tradicionais são usuários perfeitos para reconhecer sua importância como parceiros no esforço de realizar a conservação das florestas tropicais (REDFORD; PADOCH, 1992 a).

Discussão

Projetos que integrem conservação e desenvolvimento social são experiências novas que retratam, por um lado, um esforço intelectual ambicioso de criar um modelo de exploração econômica sustentado para populações locais que ajuste as demandas dinâmicas do mundo social moderno à capacidade suporte de ecossistemas e à preservação da biodiversidade e dos processos evolutivos. Fruto desta iniciativa é a criação, na década de 1990, de um novo modelo de Unidade de Conservação de uso direto, a Reserva Extrativista. Várias destas reservas já foram implantadas na Amazônia, entre elas a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto localizada no extremo Oeste do Estado de Rondônia, a Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre, a Reserva Extrativista do Rio Cajarí no Estado do Amapá e a Reserva Extrativista do Alto Juruá no extremo oeste do Estado do Acre.

O desafio da conservação não é só a preservação de áreas críticas, mas também a proteção destas áreas para o futuro (BUTTERFIELD, 1994). Neste sentido, um dos desafios atuais é a demonstração de que a conservação pode contribuir para a qualidade de vida humana (ROBINSON, 2006). Do ponto de vista conservacionista, a permanência de populações humanas em áreas a serem conservadas é em si um benefício oferecido às populações, uma concessão de risco que se troca pela aceitação política da unidade de conservação e pela adoção de normas de uso sustentável dos recursos. Contudo, para as populações locais, sua inclusão em uma área de conservação envolve uma série de sacrifícios que não são divididos igualmente com o resto da sociedade, esperando-se um comportamento econômico destas populações, justificável em termos de um modelo ideal de adaptação humana ao meio ambiente que não é exigido de outros segmentos sociais. Contudo, não podemos esquecer que o interesse das chamadas populações tradicionais pela conservação baseia-se em um interesse econômico específico, a sua sobrevivência (DUDLEY, 1992; BARROS; SEOANE, 1999), e que os atuais mercados econômicos oferecem às populações tradicionais pouquíssimo incentivo para conservar a biodiversidade (PERRINGS et al., 2006). Ainda, a concepção que os povos tradicionais permanecerão, nas palavras de Redford (1997), “selvagens ecologicamente nobres”, não é somente incorreto, mas também potencialmente desastroso para estes povos e para a conservação. Também há que se considerar e estudar potenciais impactos negativos, que não são fáceis de serem previstos, trazidos pelas populações humanas em uma área de conservação (FIORELLO et al., 2006).

É necessário mudar o paradigma da biologia da conservação, ainda enraizado parcialmente no preservacionismo e no utilitarismo (FREYFOGLE, 2006), sem no entanto desprezar a importante mas incompleta visão da biodiversidade como “recurso natural” (KESSLER; THOMAS, 2006; ROBINSON, 2006) e sem trocar o conceito de que as populações locais são “vilãs” por uma visão de “nobres selvagens”. É também essencial a consideração de outros enfoques além do biológico (SAUNDERS et al., 2006; BROSIUS, 2006; FOLKE, 2006; FREYFOGLE, 2006; AGARWAL; OSTROM, 2006; NASSAUER, 2006). Esta mudança está em curso e

atualmente as políticas públicas de desenvolvimento já consideram que os povos tradicionais, mesmo nem sempre estando em harmonia total com o meio ambiente, estão entre os mais importantes aliados de seus projetos: neles residem grande parte dos exemplos do “raciocínio idealístico” descrito por Clewell e Aronson (2006).

No passado, o uso tradicional ou “sustentável” dos recursos naturais pelos povos indígenas das Américas provavelmente era possível pelas baixas densidades populacionais e pela falta de tecnologia que lhes permitisse destruir os recursos. A questão a ser perguntada agora não é quais usos tradicionais, quando utilizados como no passado, são sustentáveis, mas sim quais as condições que levam as pessoas a conservar seus recursos e quais as condições que favorecem a destruição ou a superexploração de recursos locais. Uma pressão para mudanças rápidas sobre a maioria das populações tradicionais é prevista, vinda principalmente de questões regionais, nacionais e internacionais. Para ser sustentável, as estratégias de conservação e desenvolvimento devem reconhecer esta mudança constante, afetando mesmo o mais remoto dos povos tradicionais (REDFORD; PADOCH, 1992 a).

Uma situação mais crítica e complexa se encontra na Mata Atlântica, que atualmente possui apenas cerca de 4 % de sua extensão original. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, há uma lei estadual (nº 2.393, de 20/04/95) que assegura às populações nativas residentes há mais de 50 anos em Unidades de Conservação o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais. No entanto, as populações tradicionais são difíceis de serem distinguidas das populações “modernas”. No Rio de Janeiro, a pressão pelo espaço ainda ocupado pelas florestas é enorme, com todas as Unidades de Conservação de uso indireto possuindo conflitos de terra, com terras que pertencem ao Estado, a trabalhadores rurais nativos, a sítios de pessoas não nativas que compraram as terras dos nativos e a empresas imobiliárias que aguardam a valorização de tais terras e leis mais tolerantes à urbanização para implantar condomínios de alto luxo, *resorts*, etc. Existe um gradiente de risco ambiental que cresce acompanhando a ordem cronológica que geralmente é seguida, em termos de ocupação do solo:

população tradicional, sítios particulares, empresas imobiliárias. Assim, fortalecer a população tradicional é evitar que o risco ambiental se intensifique (BARROS; SEOANE, 1999). Por exemplo, na região onde hoje se encontra o Parque Estadual da Serra da Tiririca, até a década de 60, os trabalhadores rurais nativos praticavam a agricultura itinerante de queimada e pousio, típica de comunidades caiçaras. Assim como em muitas outras partes do Brasil, devido à pressão populacional, ali a agricultura itinerante tornou-se inviável, com os períodos de recuperação dos solos cada vez menores, acarretando em uma produtividade decrescente. O Código Florestal de 1965, que foi fundamental para ainda se estar atualmente falando de biodiversidade florestal brasileira (AHRENS, 2005), trouxe a proibição de realizar agricultura em locais com sucessão secundária florestal, ainda no estágio de “capoeira”, dificultando ainda mais a agricultura itinerante e favorecendo ainda mais a fixação dos bananais onde então estavam, levando a não haver períodos de recuperação do solo (BARROS; SEOANE, 1999).

Atualmente, o modelo de zoneamento para o manejo de Unidades de Conservação adotado em escala global é baseado no conceito de reserva da biosfera da UNESCO (1984), que prevê quatro zonas dentro de uma Unidade de Conservação: 1 - Zona Núcleo, com habitat não perturbado, destinado apenas para pesquisa e monitoramento; 2 - Zona Tampão, que protege a Zona Núcleo e onde alguma manipulação do meio ambiente é tolerada, como pesquisas de baixa intervenção ambiental; 3 - Zona de Restauração, com habitat em recuperação natural ou com o desenvolvimento de pesquisas para a recuperação manipulada e 4 - Zona de Ecodesenvolvimento, que serve como um modelo para as práticas de uso de terra sustentáveis a longo prazo, aqui estando inseridas as populações tradicionais e práticas agroflorestais.

Assim, seguindo o modelo da UNESCO (1984), para que haja uma real conservação, não só dos recursos naturais, mas também dos recursos culturais, nossas Unidades de Conservação devem ter uma zona de Ecodesenvolvimento, com um regimento interno no tocante às populações tradicionais que: 1- Garanta a inalienabilidade das áreas ocupadas; 2 - Estabeleça, junto com estas populações tradicionais e os órgãos

competentes (Secretárias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, IBAMA, ONG, etc.), uma lista oficial das restrições adequadas à finalidade de Conservação da Unidade; 3 - Fiscalize o uso de terra feito pelas comunidades de acordo com esta lista de restrições; 4 - Ofereça a comunidades tradicionais e para as suas futuras gerações cursos técnicos em meio ambiente, conservação e atividades que promovam a conservação, o resgate da cultura nativa e o aumento da qualidade de vida.

Uma das chaves para o sucesso de Unidades de Conservação é o desenvolvimento de práticas de uso de terras, alternativas sustentáveis, nestas Zonas de Ecodesenvolvimento, que tragam benefícios de longo prazo para as populações inseridas em sua realidade. Ao estabilizar o uso da terra dentro da reserva e ao aumentar o padrão de vida das populações locais, decresce-se a necessidade de atividades marginais como a caça, desenvolve-se apoio local para a Unidade e se detém a degradação e retirada do ecossistema nativo (BUTTERFIELD, 1994; BARROS; SEOANE, 1999). Uma possibilidade da conciliação da presença de comunidades tradicionais e da intenção de conservação das Unidades de Conservação é a introdução de sistema agroflorestal (SAF) baseado na dinâmica sucessional de clareiras (GOTSH, 1995; PENEIREIRO, 1999), sendo em sua essência uma adaptação do cultivo tradicional destes trabalhadores. Outra questão relevante é a necessidade de se planejar a longo prazo, não sendo adequado a tomada de decisões baseada em “sucessos” a curto prazo (FOLKE, 2006).

Conclusão

A visão conservacionista sobre as populações tradicionais é mais adequada que a visão preservacionista, levando a uma mudança positiva nas últimas décadas, no sentido de integração das populações tradicionais nas iniciativas conservacionistas. Contudo, a visão conservacionista ainda necessita de ajustes para adequar-se melhor à realidade atual das populações tradicionais. Para que as políticas públicas voltadas à conservação e às populações tradicionais sejam bem sucedidas, deve-se levar em conta que essas populações não são culturalmente estáticas e atualmente estão inseridas no mundo globalizado e que a grande

diversidade de situações torna imperativo o desenvolvimento de estratégias locais.

Referências

- AGRAWAL, A.; OSTROM, E. Political science and conservation biology: a dialog of the deaf. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 681-682. 2006.
- AHRENS, S. O Código Florestal Brasileiro e o uso da terra: histórico, fundamentos e perspectivas (uma síntese introdutória). *Revista de Direitos Difusos* v. 3, p. 81-102. 2005.
- BARROS, A .A. M.; SEOANE, C. E. S. A problemática da conservação do Parque Estadual da Serra da Tiririca -RJ. In: Seminário "Descaminhos do Estado do Rio de Janeiro Rumo Ao Século XXI. 1999. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1999. Anais. p.114 -124. JHA, S.; BAWA, K.S. Population growth, humann development, and deforestation in biodiversity hotspots. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 906 - 912. 2006.
- BROSIUS, J. P. Common ground between anthropology and conservation biology. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 683-685. 2006.
- BUTTERFIELD, R. P. The regional context: Land colonization and conservation in Sarapiquí. In : Mc Dade, L.A.; Bawa, K.S.; Hespeiheide, H. A.; Hartshorn, G.S. *La Selva: Ecology and natural history of a neotropical rain forest*. The University of Chicago Press. 1994. p. 299 - 306.
- CLEWELL, A.F.; ARONSON, J. Motivations for the restoration of ecosystems. *Conservation Biology* v. 20, n. 2, p. 420 - 428. 2006.
- DEAN, W. *A Ferro e Fogo*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 1996. 484 p.
- DUDLEY, L. C. C. 1992. "The Chimane Conservation Program in Beni, Bolivia: and effort for local participation". In: *Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use*. Redofred, K. H.; Padoch, C. (eds.), p. 228-244. New York: Columbia University Press.
- FIORELLO, C.; NOSS, A. J.; DEEM, S. L. 2006. Demography, hunting ecology and pathogen exposure of domestic dogs in the Isozo of Bolivia. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 762-771.
- FREYFOGLE, E.T. Conservation Biology and law: only a start. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 679 - 680. 2006.
- FOLKE, C. The economic perspective : conservation against development versus conservation for development. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 686-688, 2006.
- GOSTCH, E. Break- trough in agriculture. Rio de Janeiro. ed. da ASPTA. 1995. 22 p.
- JANZEN, D. The eternal external threat. In: Soulé, M. E. (ed.). *Conservation biology: the science of scarcity and diversity*. Sinauer Inc. MA, USA. 1986 a. p. 286-303.

JANZEN, D. Gardenification of tropical conserved wildlands: multitasking, multicropping and multiusers. Not published. 1999.

JHA, S.; BAWA, K. S. Population Growth, Human Development, and Deforestation in Biodiversity Hotspots. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 906 - 912.

KESSLER, W. B.; THOMAS, J. W. Conservation biology from the perspective of natural resource management disciplines. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 670 - 673. 2006.

MATSON, P.A.; VITOUSEK, P. M. Agricultural intensification: will land spared from farming be land spared from nature? *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 709 - 710. 2006.

MONTAGNINI, F. Agricultural systems in the La Selva Region. In: Mc Dade, L. A.; Bawa, K. S.; Hespelheide, H. A. & Hartshorn, G. S. *La Selva: Ecology and natural history of a neotropical rain forest*. The University of Chicago Press. 1994, p. 299 - 306.

NASSAUER, J. I. Landscape planning and conservation biology: systems thinking revisited. *Conservation Biology* v. 20, n. 3, p. 677 - 678. 2006.

NOSS, R. F. A regional landscape approach to maintain biodiversity. *Science* v. 33, p. 700- 706. 1983.

NOSS, R. F & HARRIS, L. D. Nodes, networks and MUMs: preserving diversity at all scales. *Environmental Management* v. 10, n. 299 - 309. 1986.

PADUA, J. A. . *Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil*. In: Pádua, J.A. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, v. 1, p. 11-62. PENEIREIRO, F. M. *Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Florestais. ESALQ/USP, Piracicaba, São Paulo, 1999. 138 p.

PERES, C. A. Effects of hunting on western Amazonian primate communities. *Biological Conservation* v. 54, p. 47 - 59. 1990.

PERRINGS, C.; JACKSON, L.; BAWA, K.; BRUSSAARD, L.; BRUSCH, S.; GAVIN, T.; PAPA, R.; PASCUAL, U.; DE RUITER, P. Biodiversity in agricultural landscapes: saving natural capital without losing interest. *Conservation Biology* v. 20, n. 2, p. 263 - 264. 2006.

PRUGH, T. ; CONSTANZA, R. *Natural capital and human economical survival*. CRC Press, VT. 1999. 180 p.

REDFORD, K. H. A floresta vazia. In: Valladares-Padua, C. & Bodmer, R. (ed). *Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil*. MCT-CNPq. 1997. p. 1 - 22.

REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (eds). *Conservation of Neotropical Forests*. Columbia Univ. Press, 1992. 347 p.

REDFORD, K. H.; PADOCH, C. *Indigenous Peoples, an introduction*. Redford, K. & Padoch, C. (eds.) *Conservation of Neotropical Forests*. Columbia Univ. Press, 1992 b. p. 1- 26.

REDFORD, K. H.; PAINTER, M. Natural alliances between conservationists and indigenous peoples. Wildlife Conservation Society working paper n. 25, 2006. 22 p.

REIS, A. Manejo e conservação das florestas catarinenses. Tese de professor pleno. UFSC, Florianópolis., 1993, 137 p.

ROBINSON, J.G. Conservation biology and real-world conservation. Conservation Biology v. 20, n. 3, p. 658-669. 2006.

SAUNDERS, C. D.; BROOK, A. T; MYERS, J. R. Using psychology to save biodiversity and human well being. Conservation Biology v. 20, n. 3, p. 702 - 705. 2006.

SOUTHGATE, D. Tropical forest conservation: an economic assessment of the alternatives in Latin American. Oxford University Press, New York. 1998. 192 p.

UNESCO. Action Plan for biosphere reserves. Natural Resources v. 20, p. 1 - 12, 1984.